



ACÓRDÃO Nº 994/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1952/2009.

Apenso: Processos nsº 6622/2012, 4213/2008, 3471/2014 e 4923/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Srs. Robson Rogério Teles Bezerra, Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru e Sr. Clayton Pascarelli Rebouças.

4- Órgão: Fundo de Previdência Social de Manacapuru.

5- Exercício: 2008.

6- Advogado: Themys Bayma Valle – OAB/AM 1928.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 159EX/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.393/394v).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Fixação de Prazo. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2008, do Fundo de Previdência Social de Manacapuru, da responsabilidade do Senhor **Robson Rogério Teles Bezerra**, Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru e Ordenador de Despesas à época;

10.2. Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplique ao Senhor **Robson Rogério Teles Bezerra**, Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru e Ordenador de Despesas à época, as seguintes multas:



ACÓRDÃO Nº 994/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.1. R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, alterada pela Resolução nº. 25/2012 - TCE, correspondente a R\$ 1.096,03, por mês de competência (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e novembro do exercício de 2008), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 10/2012– TCE/AM;

10.2.2. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos itens 11 e 13 do Relatório Conclusivo nº. 750/2017 – CI/DICAMI, às fls. 386/392.

10.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor **Robson Rogério Teles Bezerra**, Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru e Ordenador de Despesas à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no art. 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.4.1. Encaminhe à atual Administração do Fundo de Previdência Social de Manacapuru, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

10.4.2. Notifique o Senhor **Robson Rogério Teles Bezerra**, Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru e Ordenador de Despesas à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

10.4.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as



ACÓRDÃO Nº 994/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

providências do artigo 162, § 1º, do RITCE.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral